SIMPOIESE EM RUÍNAS: O CUIDADO ANIMAL MULTIESPÉCIE COMO ORGANIZAR EM CRISE CLIMÁTICA NAS ENCHENTES DO RIO GRANDE DO SUL

JULIANE PIERRI ARDIGO[1];
GRAZIELA DIAS ALPERSTEDT[2]; LUANY HEINZ CANAZARO DALLA VECCHIA[3];
EDUARDO ADERCIO PINHEIRO DA SILVA[4]; GIOVANA ALBRECHT NOGUEIRA[5]

[1]*Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – juliane.ardigo@udesc.br*
[2,3,4,5] *Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)*

1. Contextualização

A intensificação das emergências climáticas é um fenômeno global, inegável, com eventos extremos que desafiam uma gestão de desastres estruturada e eficiente. Um exemplo crítico ocorreu em maio de 2024, quando o Rio Grande do Sul foi atingido por inundações de proporções históricas: o desastre afetou quase a totalidade dos municípios gaúchos e resultou no deslocamento de mais de 380 mil pessoas (Defesa Civil RS, 2024). Em meio à crise, aproximadamente 20 mil animais domésticos e silvestres foram resgatados das águas e encaminhados para centenas de abrigos provisórios (Porto Alegre, 2024).

A mobilização em torno do bem-estar animal à resposta ao desastre indicou que o vínculo humano-animal se aprofunda em períodos de crise, e que a separação forçada dos tutores e seus pets geram diversos impactos psicossociais (Glassey *et al*., 2024). Perder um animal, nesse contexto, não é redutível a dano patrimonial, mas rompe vínculos afetivos que mobilizam redes de cuidado para além da racionalidade instrumental.

Em Porto Alegre e nos municípios vizinhos, emergiu de forma acelerada uma rede heterogênea: organizações não governamentais, protetoras independentes, clínicas veterinárias, empresas, bombeiros, plataformas digitais de identificação animal, voluntários de outros estados e figuras públicas de alcance nacional articularam-se em prol da causa animal. Essa configuração é descrita pela teoria ator-rede (Latour, 2012) como o efeito do rastreamento de associações entre atores humanos e não humanos e pela noção de simpoiese (Haraway, 2016). O engajamento digital foi expressivo: postagens individuais superaram duzentas mil curtidas, e os fluxos de doação via chave pix chegaram a atores locais por interconexões promovidas por perfis-ponte de elevado alcance. Mais do que um arranjo de organizações que socorrem animais, o que se constituiu foi um coletivo multiespécie no sentido estrito: humanos e animais não humanos compondo-se mutuamente diante de uma catástrofe que os atingia em conjunto.

Dois anos depois, o cenário é outro. Em maio de 2026, cerca de duzentos animais resgatados permanecem em três abrigos credenciados em Porto Alegre, mantidos por organizações locais em situação de forte escassez (Rádio Guaíba, 2026). A plataforma digital criada pelo governo estadual para monitorar esses animais está inacessível, convênios firmados durante a crise têm execução parcial, as redes sociais que divulgaram a mobilização em 2024 silenciam sobre o tema. Esse contraste configura o problema central investigado: por que redes capazes de respostas extraordinárias no tempo da urgência não conseguem sustentar suas missões ao longo da recuperação?

Este trabalho situa-se no campo dos estudos organizacionais em diálogo com os estudos multiespécies e sustenta que a leitura desses arranjos exige um deslocamento onto-epistemológico. Em vez de partir de organizações formais que mobilizam recursos para socorrer

animais, propõe-se descrever o que se forma como simpoiese (Haraway, 2016): um *fazer-com* heterogêneo no qual humanos e animais não humanos se constituem mutuamente em condições de extrema vulnerabilidade. A crise climática é, nesse plano, o que torna visíveis interdependências constitutivas que o ordenamento utilitarista da relação humano-animal usualmente silencia (Tsing, 2015; Despret, 2016).

2. Objetivos

O objetivo geral deste estudo é compreender como se formou e se desfez a rede simpoiética multiespécie de cuidado animal nas enchentes do Rio Grande do Sul de 2024. Os objetivos específicos são: mapear a composição heterogênea dessa rede em sua fase aguda; analisar o processo de desidratação ao longo do ciclo de recuperação, com atenção à dicotomia entre atores internos e externos; e discutir as condições estruturais de sustentabilidade dessas redes em contextos de desastres.

3. Metodologia

A pesquisa é qualitativa, exploratório-descritiva e longitudinal, configurada como estudo de caso (Stake, 1995). O desenho metodológico se baseia no rastreamento de associações proposto pela teoria ator-rede (Latour, 2012), seguindo os atores, humanos e não humanos, e descrevendo as conexões pelas quais a rede se constituiu, se manteve e, posteriormente, se desmobilizou.

Foram conduzidas duas fases de coleta. A primeira, voltada ao mapeamento da fase aguda, com abordagem netnográfica observacional (Kozinets, 2010) para a coleta de dados de arquivo sobre publicações do *feed* do Instagram durante maio de 2024, com foco em conteúdos relacionados ao bem-estar e ao resgate animal no Rio Grande do Sul. A identificação dos atores partiu de perfis-ponte mapeados pelo grupo de pesquisa e expandiu-se por amostragem em bola de neve, seguindo menções recíprocas, marcações e indicações de doação. O procedimento resultou em um *corpus* de setenta e quatro atores localizados. Para trinta e sete deles, considerados centrais à dinâmica da rede, foram registradas sistematicamente as postagens publicadas em maio de 2024, totalizando trezentos e cinquenta e cinco posts, com informações sobre tipo de mídia, conteúdo, legenda, destinatário da ajuda, data e métricas de engajamento.

A segunda fase, dedicada à análise da recuperação, adotou abordagem documental sobre matérias da imprensa regional e nacional publicadas entre 2024 e 2026. As matérias foram selecionadas por buscas temáticas e organizadas cronologicamente para evidenciar a permanência ou o abandono do tema na agenda pública. A análise dos dados de ambas as fases foi conduzida por análise de conteúdo (Bardin, 2016), com categorias derivadas do referencial teórico, como formação simpoiética da rede, dicotomia *insider-outsider*, tensões organizacionais (Souza Crestani; Alperstedt; Salles, 2025), solidariedade líquida (Bauman, 2001), luto e *staying with the trouble* (Haraway, 2016), além de categorias emergentes identificadas no material empírico.

4. Resultados

Na fase aguda, o rastreamento evidenciou uma rede de pelo menos setenta e quatro atores, distribuídos entre organizações não governamentais, protetoras independentes, clínicas veterinárias, grupos especializados em resgate técnico de grandes animais, empresas, plataformas de identificação, agentes públicos e perfis de divulgação. A maioria dos atores estava sediada no Rio Grande do Sul, com presença relevante de atores de Santa Catarina e pontuais contribuições de São Paulo e Minas Gerais. A própria heterogeneidade é um achado: a resposta não partiu de um tipo único de organização, mas do que Haraway (2016) nomeia como simpoiese, um *tornar-se-com* que articula naturezas organizacionais e ontológicas distintas em torno de uma tarefa-problema comum.

As métricas digitais revelam a magnitude do engajamento: aproximadamente 3,76 milhões de curtidas, 271 mil comentários e 40 mil compartilhamentos. O formato predominante foi o vídeo curto, coerente com a dinâmica de comunicação em crise, capaz de transmitir urgência de forma visceral. O mote "toda vida importa", recorrente em diferentes perfis, funcionou como significante afetivo que articulou atores heterogêneos em torno de uma posição ética compartilhada. É nesse plano semântico que a simpoiese se torna empiricamente legível: o coletivo não é um agregado de organizações realizando tarefas paralelas, mas um fazer-com em torno de uma proposição comum sobre o valor das vidas humanas e não humanas em condição de desastre.

A leitura simpoiética se sustenta, ainda, na observação de que os animais não humanos não aparecem como objeto da ação, mas como atores plenos. Cães que se lançam de telhados ao avistar barcos, cavalos ilhados conduzidos por travessias pela água e animais silvestres acolhidos em galpões adaptados deslocam a centralidade exclusivamente humana da narrativa: o cuidado animal nas enchentes não é ação humana sobre animais, mas constituição mútua em condições de extrema vulnerabilidade. Essa configuração descentra o sujeito da ação organizacional e qualifica o arranjo como coletivo multiespécie no sentido estrito (Despret, 2016; Tsing, 2015).

A distribuição geográfica antecipou a dicotomia que se tornaria central no período de recuperação: enquanto atores locais operavam fisicamente no local, os atores externos participavam por meio de mobilização financeira, divulgações e deslocamentos pontuais. Essa configuração explicou parte da eficácia da resposta, mas revelou fragilidade estrutural quando a urgência cessou.

A desintegração da rede iniciou-se ainda durante a fase aguda. Em junho de 2024 uma construtora que havia cedido espaço para abrigo anunciou o encerramento do contrato (Brasil de Fato, 2024). Essa retirada de infraestrutura por atores externos antecipou um certo esgotamento financeiro de atores locais. A literatura sobre organizações híbridas temporárias reconhece que arranjos desse tipo são instáveis por construção, dependendo da convergência temporária de motivações heterogêneas em torno da urgência (Lundin; Söderholm, 1995; Battilana; Lee, 2014); a pesquisa evidencia, porém, que essa instabilidade não é simétrica, a retração foi mais rápida e abrupta entre os atores externos. Ao longo de 2025 e 2026, o número de animais ainda desabrigados, reduziu-se progressivamente, de mais de quinze mil em abrigos, em 2024, para duzentos em 2026, porém a concentração em poucas organizações aumentou a pressão em suas estruturas.

Importa notar que esse contingente não foi criado pela enchente. Mesmo antes de maio de 2024, o Brasil já contava com cerca de 185 mil animais abandonados ou resgatados de maus-tratos sob a tutela de ONGs e grupos de protetores, dos quais mais de 33 mil na região Sul (Jornal do Comércio, 2024). A catástrofe não produziu o abandono animal: tornou visível e concentrou nos abrigos uma população que já existia, sem tutor, sem identificação, em situação de abandono ou guarda precária, à maneira do que a literatura sobre desastres descreve como revelação de vulnerabilidades preexistentes (Valencio, 2014).

Esse padrão exige uma leitura que vá além da hipótese organizacional. Bauman (2001), ao caracterizar a modernidade líquida, descreve laços marcados pela transitoriedade, pelo baixo custo de adesão e pelo baixo custo de saída. A empatia episódica que mobiliza grandes contingentes em causas de alta visibilidade midiática (Boltanski, 1999) tem como contrapartida estrutural sua dissipação rápida quando o estímulo se atenua. Durkheim (1989), ao discutir a efervescência coletiva, oferece chave complementar: a fase aguda opera como ritual coletivo de comoção cuja função social se cumpre na descontinuidade, permitindo o retorno à rotina. O

problema, em desastres, é que a rotina à qual a maioria retorna não é a dos diretamente afetados (humanos e não humanos). A retirada dos atores externos, portanto, não é falha individual de comprometimento, mas expressão estrutural de um regime de solidariedade líquida: a baixa fricção da entrada tem como contrapartida a baixa fricção da saída.

Os compromissos institucionais assumidos na fase aguda revelaram uma baixa consistência operacional. Um programa emergencial de R$7,7 milhões anunciado em agosto de 2024 (Estado RS, 2024) teve execução descompassada. Além disso, de um convênio de R$ 884 mil destinado à capital, apenas metade havia sido repassada em maio de 2026, com a gestão municipal recorrendo ao Ministério Público. Ademais, a plataforma digital SisPetRS, sistema de monitoramento em tempo real, encontra-se inacessível dois anos depois. Esses indicadores sugerem que os dispositivos institucionais criados nessa fase cumpriram função simbólica imediata, sem pensar na capacidade operacional duradoura. Com a plataforma fora do ar, o ator não humano tecnológico deixa de sustentar o social (Latour, 2012).

A produção desses dispositivos opera, em parte, como gestualidade pública de resposta: anúncios cuja sustentação demanda continuidade política, capacidade técnica e fiscalização cidadã dificilmente se mantêm quando a comoção se dissipa. Quem permanece dois anos depois são os atores locais. Uma organização sediada em Viamão, que abrigou cerca de quinhentos animais durante a tragédia, mantém hoje cerca de quatrocentos, com custos mensais que ultrapassam cem mil reais, sustentados majoritariamente por doações de pessoas físicas; outra, responsável pelo Abrigo do Gasômetro, mantém cerca de cento e vinte e nove animais, noventa deles resgatados da enchente. Esses números descrevem o que se pode chamar de luto institucionalizado: a permanência cotidiana, sem visibilidade midiática e sem fluxo correspondente de recursos. É nesse sentido estrito que cabe falar em *staying with the trouble* (Haraway, 2016), não como escolha ética celebrada, mas como condição não negociável imposta àqueles que não dispõem da possibilidade de saída.

5. Considerações Finais

A trajetória da rede de cuidado animal mobilizada na enchente do Rio Grande do Sul de 2024 evidenciou um ciclo de formação acelerada de um coletivo heterogêneo, multissituado e mediado por infraestruturas digitais e por sua desidratação igualmente acelerada uma vez cessado o estímulo afetivo e midiático. A análise sustenta a tese de que arranjos colaborativos pós-desastre, em contexto de crise climática, configuram coletivos genuinamente simpoiéticos no momento da urgência, humanos e não humanos compondo-se mutuamente em torno de uma proposição ética sobre o valor das vidas em risco, mas se desfazem segundo uma lógica estrutural quando o ritual de comoção se encerra, devolvendo aos atores locais o trabalho prolongado de permanecer com o problema.

A contribuição para os estudos organizacionais em diálogo com os estudos multiespécies está em mostrar que o organizar em crise climática não pode ser descrito por modelos que isolem o humano como sujeito ativo e os animais como objeto de cuidado. A heterogeneidade ontológica do coletivo é constitutiva, não acessória, e a métrica de sustentabilidade desses arranjos exige reconhecer que a posição de ator interno, daquele que não tem saída, não é apenas geográfica: é a posição daqueles, humanos e não humanos, para quem a catástrofe não é episódio, mas condição prolongada. A noção de simpoiese (Haraway, 2016), articulada à crítica da solidariedade líquida (Bauman, 2001) e à literatura sobre tensões em organizações híbridas (Souza Crestani; Alperstedt; Salles, 2025), oferece um vocabulário

capaz de descrever simultaneamente a potência do que se forma na urgência e a previsibilidade estrutural do que se desfaz na recuperação.

Do ponto de vista prático, três implicações se destacam. A primeira é a necessidade de que políticas públicas de gestão de desastres climáticos incluam, explicitamente, a proteção animal e a perspectiva multiespécie como eixos estruturantes, com instrumentos de financiamento que assegurem a transição entre capital emergencial e capital estruturante. A segunda desloca o próprio enquadramento do problema: tratar o pós-desastre como uma questão de adoção é uma forma de silenciamento, porque naturaliza o abandono como pano de fundo e transfere para o indivíduo que adota a responsabilidade por um passivo de origem estrutural. A superpopulação animal e o abandono, e não a eficácia das campanhas de adoção, são a condição que faz com que um desastre se converta em milhares de animais sem destino. Uma política de causa animal consistente atua a montante, na guarda responsável, na identificação, na esterilização e na fiscalização do abandono, de modo que a adoção emergencial seja exceção, e não o eixo da resposta.

Por fim, a terceira é a fiscalização sobre os compromissos institucionais assumidos na fase aguda, sob risco de que cumpram apenas função simbólica. Como agenda futura, recomenda-se a investigação das taxas de descontinuidade de coletivos multiespécies formados em desastres, o estudo da implementação dos compromissos institucionais de proteção animal pós-evento extremo e a pesquisa comparativa com outros eventos no Brasil e na América Latina. Em um contexto de intensificação dos eventos climáticos extremos, compreender por que os coletivos multiespécies se desfazem antes de cumprirem seu trabalho de longo prazo é condição para desenhar políticas, organizações e arranjos de governança que dispensem a permanência da comoção como pré-requisito da resposta a vidas em risco, sejam elas humanas ou não.

6. Referências Bibliográficas

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATTILANA, Julie; LEE, Matthew. Advancing research on hybrid organizing: insights from the study of social enterprises. **The Academy of Management Annals**, Briarcliff Manor, v. 8, n. 1, p. 397-441, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOLTANSKI, Luc. **Distant suffering**: morality, media and politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BRASIL DE FATO RS. Crescem adoções e abrigos de pets começam a esvaziar em Porto Alegre. **Brasil de Fato**, 18 jun. 2024. Disponível em: brasildefato.com.br. Acesso em: 7 maio 2026.

DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletins de balanço das enchentes no RS — maio a agosto de 2024**. Porto Alegre: Defesa Civil RS, 2024. Disponível em:

defesacivil.rs.gov.br. Acesso em: 7 maio 2026.

DESPRET, Vinciane. **What would animals say if we asked the right questions?** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2016.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** Tradução de Joaquim Pereira Neto. 2. ed. São Paulo: Paulus, 1989.

GLASSEY, Steve; LIEBERGREEN, Nicola; RODRIGUEZ FERRERE, Marcelo; KING, Mike. 1000 animals left behind: responder experiences of the 2017 Edgecumbe flood in New Zealand. **Animals**, Basel, v. 14, n. 14, 2083, 2024.

HARAWAY, Donna J. **Staying with the trouble**: making kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016.

JORNAL DO COMÉRCIO. Número de animais abandonados e acolhidos por ONGs cresce no Brasil. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 18 jan. 2024. Disponível em: jornaldocomercio.com. Acesso em: 7 maio 2026.

KOZINETS, Robert V. **Netnography**: doing ethnographic research online. London: SAGE Publications, 2010.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LUNDIN, Rolf A.; SÖDERHOLM, Anders. A theory of the temporary organization. **Scandinavian Journal of Management**, Amsterdam, v. 11, n. 4, p. 437-455, 1995.

PORTAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Governo anuncia novo programa de apoio aos abrigos de cães e gatos em parceria com municípios. **Estado RS**, 26 ago. 2024. Disponível em: estado.rs.gov.br. Acesso em: 7 maio 2026.

PORTO ALEGRE. Dados importantes — Gabinete da Causa Animal. **Prefeitura de Porto Alegre**, 2024-2026. Disponível em: prefeitura.poa.br. Acesso em: 7 maio 2026.

RÁDIO GUAÍBA. Animais resgatados da enchente ainda aguardam por adoção em Porto Alegre. **Rádio Guaíba**, maio 2026. Disponível em: guaiba.com.br. Acesso em: 7 maio 2026.

SOUZA CRESTANI, Maryane Cristina de; ALPERSTEDT, Graziela Dias; SALLES, Helena Kuerten de. When tensions and barriers destroy social impact businesses: multiple case studies based on Brazilian experience. **REGEPE Entrepreneurship and Small Business Journal**, São Paulo, v. 14, e2528, 2025.

STAKE, Robert E. **The art of case study research.** Thousand Oaks: SAGE Publications,

1995.

TSING, Anna Lowenhaupt. **The mushroom at the end of the world**: on the possibility of life in capitalist ruins. Princeton: Princeton University Press, 2015.

VALENCIO, Norma. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, 2014.